



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1481285 - DF (2019/0095739-8)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : **JUCELINO LIMA SOARES**
ADVOGADOS : **WALTER JOSE FAIAD DE MOURA - DF017390**
 : **SIMONE MARTINS DE ARAÚJO MOURA - DF017540**
 : **ALINE MENEZES DIAS - DF029261**
AGRAVADO : **MANOELA CARMEM GUEDES SARAIVA RABELO**
AGRAVADO : **AMADEU GOMES RABELO**
AGRAVADO : **JERONIMA REIS GOMES RABELO**
AGRAVADO : **JERONIMA REIS GOMES RABELO**
AGRAVADO : **NILDA RABELO DA SILVA**
AGRAVADO : **ANA GOMES PIGNATA**
ADVOGADO : **JULIANA PENA CHIARADIA - DF043961**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 11 E 489 DO CPC/15. INOCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF.

1. Ação de reintegração de posse.
2. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC/15, rejeitam-se os embargos de declaração.
3. A ausência de expressa indicação de obscuridade, omissão ou contradição nas razões recursais enseja o não conhecimento do recurso especial.
4. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação dos arts. 11 e 489 do CPC/15.
5. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
6. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado – quando suficiente para a manutenção de suas conclusões – impede a apreciação do recurso especial.
7. Agravo conhecido. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por JUCELINO LIMA

SOARES, contra decisão interlocutória que negou seguimento a recurso especial fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional.

Ação: de reintegração de posse, ajuizada por MANOELA CARMEM GUEDES SARAIVA RABELO e outros, em face de ESPÓLIO DE MILTON FERREIRA, na qual pleiteia ser reintegrado na posse do imóvel denominado gleba de terras com 4 (quatro) hectares às margens da BR 020, fazenda Olhos D'Água, Sobradinho/DF.

Decisão interlocutória: indeferiu o deferiu o pedido de reintegração de posse, formulado pelo agravante.

Acórdão: negou provimento ao agravo de instrumento interposto pelo agravante, nos termos da seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESTAURAÇÃO DE AUTOS. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. LIMINAR. CONCESSÃO. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. MEDIDA LIMINAR. REVOGAÇÃO. RETORNO AO STATUS QUO ANTE. TERCEIRO. RECOLOCAÇÃO NA POSSE DE PARTE DO IMÓVEL OBJETO DO INTERDITO. TERCEIRO AFETADO PELA DECISÃO DE ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. IMPOSSIBILIDADE. SITUAÇÃO CONSOLIDADA EM DECORRÊNCIA DE SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO. PARTE NÃO INTEGRADA À RELAÇÃO ORIGINÁRIA. REINTEGRAÇÃO NA POSSE DE PARTE DO IMÓVEL LITIGIOSO. QUESTÃO CONTROVERSA NÃO ALCANÇADA PELA EXTINÇÃO DA POSSESSÓRIA. UTILIZAÇÃO VIAS ADEQUADAS. NECESSIDADE.

1. Conquanto extinto o interdito que teria afetado a posse que exercita sobre quinhão integrante do imóvel originalmente litigioso, repercutindo nos embargos de terceiro que havia manejado almejando safar-se da liminar originariamente concedida na possessória, determinando sua extinção, o terceiro não integrante da relação processual original não está municiado de lastro para, com base no provimento extintivo e dos efeitos que irradiara no sentido de serem retornadas as partes e o imóvel litigioso ao statu postular sua reintegração no quinhão que sustenta ser da sua propriedade e sobre o qual quo ante, exercitava atos de posse.

2. O terceiro que, conquanto não compondo a relação processual possessória, demanda direito de propriedade e posse sobre quinhão integrante do imóvel litigioso, deve, como forma de materialização do lastro que detém, valer-se do instrumento processual adequado para fruir do direito que ostentaria e vindicá-lo em face daqueles que estariam na posse do que o assiste, não se afigurando juridicamente viável que, valendo-se da extinção da possessória que lhe era estranha após a concessão de liminar, que viera a ser cassada, postule sua reintegração na posse da área que vindica, inclusive porque, se a coisa julgada não pode interagir subjetivamente para prejudicar, não pode ser utilizada como forma de efetivação de direito que não reconheceu e, inclusive, exorbitara o objeto da ação da qual emergira.

3. Agravo conhecido e desprovido. Unânime. (e-STJ Fls. 1.604/1.605)

Embargos de declaração: interpostos pelo agravante, foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação dos arts. 3º, 4º, 11, 489, § 1º, III, IV e V, 502, 503, 505, 560 e 1.022, parágrafo único, II, do CPC/15, e 1.196, 1.204, 1.210 e 1.228 do CC. Além de negativa de prestação jurisdicional, afirma que o acórdão recorrido desconsiderou a sentença transitada em julgado proferida nos autos nº 2016.06.1.004714-5, de modo que resta caracterizada ofensa à coisa julgada. Sustenta ser desnecessária a propositura de ação reivindicatória para se pleitear a reintegração de posse do bem descrito na inicial, eis que tal pedido não está amparado no título de propriedade, mas, tão somente, em determinação exarada em sentença transitada em julgado.

Relatado o processo, decide-se.

- Julgamento: CPC/15

- Da violação do art. 1.022 do CPC/15

É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que não há ofensa ao art. 1.022 do CPC/15 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese, soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte. A propósito, confira-se: AgInt nos EDcl no AREsp 1.094.857/SC, 3ª Turma, DJe de 02/02/2018 e AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/02/2018.

No particular, verifica-se que o acórdão recorrido decidiu, fundamentada e expressamente, acerca de da retenção do agravante em ser reintegrado na posse do bem descrito na inicial, de maneira que os embargos de declaração opostos pelo agravante de fato não comportavam acolhimento.

Assim, observado o entendimento dominante desta Corte acerca do tema, não há que se falar em violação do art. 1.022 do CPC/2015, incidindo, quanto ao ponto, a Súmula 568/STJ.

Ademais, a ausência de expressa indicação de obscuridade, omissão ou contradição nas razões recursais enseja o não conhecimento do recurso especial. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 284/STF.

- Da violação dos arts. 11 e 489, § 1º, III, IV e V, do CPC/15

Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e

fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação dos arts. 11 e 489, § 1º, III, IV e V, do CPC/15.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 3º, 4º, 502, 503 e 505 do CPC/15, e 1.196, 1.204 e 1.210 do CC, indicados como violados, apesar da interposição de embargos de declaração. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 211/STJ.

- Da existência de fundamento não impugnado

O agravante não impugnou o fundamento utilizado pelo TJDF de que "consoante pontuado por decisões anteriores, a resolução promovida pela sentença que extinguiu a ação de reintegração de posse manejada pelos primeiros cinco agravados, em razão da inépcia da petição inicial, e, outrossim, julgara prejudicada a pretensão formulada pelo agravante, na ação de embargos de terceiro, diante da perda superveniente do interesse de agir, não enseja a ilação de que fora assegurada a posse de parte do imóvel Fazenda Olhos D'Água em favor do agravante" (e-STJ Fl. 1.611). Como esse fundamento não foi impugnado, deve-se manter o acórdão recorrido. Aplica-se, na espécie, a Súmula 283/STF.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III e IV, "a", do CPC/15, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Deixo de majorar honorários advocatícios, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, pois não fixados na origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora